

APRESENTAÇÃO

Jorge LEITE JÚNIOR*

O colonialismo acabou?

Esta pode parecer uma questão historicamente ultrapassada ou mesmo imprecisa, tanto por ser pouco específica geograficamente quanto por ser politicamente muito ampla. Mesmo assim, esta não é uma questão simples: no século XXI, ainda existem vários países e territórios que são colônias político-administrativas (como as Ilhas Malvinas ou a Martinica). Mas e os países que passaram por um período de colonização e, atualmente, já são Estados independentes, como a Índia e o Brasil? Estes países ainda sofrem as influências da colonização? Com o fim da dominação legal e administrativa, as relações internacionais de poder tornaram-se mais igualitárias entre as antigas colônias e os países colonizadores - e ainda dominantes no sentido bélico e econômico? A dominação cultural, econômica e mesmo intelectual/ científica mantém-se ou tornou-se menos assimétrica nas ex-colônias?

O dossiê *Colonialidade, Subalternidade e Identidades* trata justamente destas questões, sob o viés dos Estudos subalternos e dos Estudos pós-coloniais e decoloniais. Os Estudos subalternos, foram assim denominados por um grupo de intelectuais indianos que, nos fins da década de 70 do século XX, questionaram os sentidos de uma História universal que tinha como ancoragem não apenas a experiência da Europa, mas as próprias noções de desenvolvimento, evolução e modernização como conceitos criados por essa mesma Europa e, impostos ao restante do globo através da violenta e desigual prática da colonização. Criados pelo indiano Ranajit Guha, e inspirados na noção de subalterno do italiano Antonio Gramsci, o objetivo destes estudos primeiramente embasados na Índia e depois disseminados pelo sul global, era justamente questionar o legado da colonização que,

* UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. Departamento de Sociologia. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 - jcabelo@uol.com.br.

mesmo em países agora independentes, os mantinha em posição de subalternidade tanto política quanto intelectual. Uma das grandes referências destes estudos é a obra de Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em especial seu artigo *Pode o subalterno falar?* publicado em 1985. Nele, a autora denuncia o que seria a própria condição da subalternidade: a impossibilidade de ter sua voz ouvida, pois mesmo quando o subalterno consegue espaço para falar, sua voz é ininteligível para os poderes dominantes.

Mas, muito mais do que simplesmente acusar a condição de desigualdade e fragilidade do subalterno, estes trabalhos hoje em dia, objetivam também questionar a noção de subalternidade. Como mostra Larissa Pelúcio (2012), a própria ideia de subalterno faz parte de uma lógica binária que mantém os polos em condições desiguais. Ora, a luta destes estudos é justamente desmontar esses binarismos revelando a quais forças eles servem, ao mesmo tempo em que questiona a geopolítica do conhecimento e apresenta alternativas não apenas políticas, mas epistemológicas, para se pensar as novas configurações de poder no sistema capitalista global. Destas reflexões, também surgem os chamados Estudos pós-coloniais.

Com forte influência do pós-estruturalismo francês (principalmente Foucault e Derrida), dos Estudos culturais britânicos (em especial os trabalhos de Stuart Hall) e dos Estudos subalternos e com caráter fortemente transdisciplinar, os Estudos pós-coloniais também se desenvolvem a partir da década de 1980 com pensadores do sul asiático e africanos que fazem suas pesquisas em universidades europeias e estadunidenses trazendo a tona a temática do colonialismo e suas consequências atuais, tendo como marco fundador o livro *Orientalismo*, do crítico literário palestino Edward W. Said (2007), lançado em 1978. Nesta obra, o autor analisa como o tal Oriente foi uma criação discursiva do Ocidente para, através do colonialismo, justificar a dominação das colônias ao mesmo tempo em que construía um saber sobre o Ocidente como sendo o oposto constitutivo do Oriente.

É importante ressaltar que o pós do termo pós-colonial não tem o sentido de depois ou após, como se a colonização fosse algo ultrapassado e distante no tempo, ou mesmo algo resolvido politicamente. Exatamente o oposto, o sentido deste pós, é justamente questionar as noções de colônia e colonialismo, mostrando o quanto a situação colonial não apenas é estruturante da modernidade e seus desenvolvimentos, mas o quanto ela ainda possui efeitos concretos que atingem todo o planeta. Esta é uma das ideias centrais destes estudos: mostrar que, mesmo com o fim da dominação política e administrativa dos países colonizados, agora nações independentes, tanto a estrutura social colonialista quanto a lógica da colonização continuam atuando dentro destes Estados e regendo a dinâmica das relações internacionais, seja no campo cultural, econômico ou mesmo

epistemológico. É por isso que a noção de raça é também central para esta discussão. Mesmo que raça, como uma ideia de base biofisiológica, já tenha sido desconstruída e desacreditada pelas ciências contemporâneas, o racismo continua atuando tranquilamente e regendo muito das relações sociais tanto no plano pessoal quanto institucional.

Conforme Miguel Mellino (2008), em seu estudo sobre as teorias pós-coloniais, um dos pontos mais importantes destas pesquisas é, justamente, a crítica ao conceito de Homem universal e seu correlato narrativo: a História universal. Desde a revolução francesa, quando se forja a *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* em 1789, em um período com escravidão em grande parte do Ocidente, deixa-se claro quem era esse homem e cidadão: o macho branco, ocidental, capitalista e, na maioria das vezes, cristão. Esta generalização metonímica do humano só pode ser estabelecida na base da violência, em todos os sentidos. Não é por acaso que, nesta mesma França humanista, Olympe de Gouges propõe a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* em 1791 e dois anos depois é guilhotinada, acusada de subverter os ideais revolucionários.

Assim, se estabelece não apenas um conceito de Homem como sinônimo de humano, mas também a História de alguns poucos povos europeus, como sinônimo de história universal. O universalismo das narrativas colonizadoras é um dos alvos principais da crítica pós-colonial, pois ele não consegue esconder sua visão elitista e discriminatória, impondo uma visão única de história que desqualifica ou mesmo anula várias outras narrações que, no limite, criam outros sentidos e abrem novas possibilidades sociais ao ressignificar os discursos sobre a dominação colonial.

Justamente por não acreditar em uma história única e universal, os estudos pós-coloniais tiveram que se particularizar em seus focos de reflexão. Neste sentido, ficou claro que a história da colonização na Índia era diferente, por exemplo, da colonização peruana. As especificidades da situação do sul asiático eram distintas daquelas encontradas nas Américas central e do sul. Além disso, muitas das reflexões feitas sobre o colonialismo ainda tinham como base conceitual os trabalhos e ideias de pensadores europeus e estadunidenses.

Por isso, a partir da década de 90 do século XX, surge um grupo de intelectuais da América subalterna que vai pensar o que foi a colonização americana, através de reflexões desenvolvidas por pensadores desta própria região e que vivenciam a situação colonialista em suas próprias vidas, seja na precariedade do cotidiano econômico de seus países, seja na mesquinhez acadêmica que desqualifica a ciência e as teorias produzidas nestas regiões. Este é o chamado **giro decolonial**, conforme explicado por Luciana Ballestrin (2013). Neste sentido, percebe-se que a América Latina sempre foi moderna, pois o que se convencionou chamar de modernidade

associando este conceito ao desenvolvimento da Europa, teve nas Américas a sua base de experimentação em seus quase quatro séculos de colonização.

Percebe-se desta forma, que o foco central destes estudos, sejam subalternos, pós-coloniais ou decoloniais, é uma crítica epistemológica, que visa antes de tudo descolonizar a nossa própria maneira de pensar. Para isso, a contribuição de outros saberes também subalternizados é fundamental, como a Teoria queer e o feminismo. Assim, não é por acaso que este dossiê é formado por três pesquisadoras que reconhecem a importância das discussões sobre gênero e sexualidade tanto quanto o tema da raça nas pesquisas contemporâneas.

No artigo que abre o dossiê, *Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica?* a autora Jórissa Danilla Nascimento Aguiar apresenta um ótimo histórico dos Estudos subalternos e dos pós-coloniais, chegando aos autores decoloniais. Neste percurso, ela aprofunda a influência de Gramsci e o diálogo que autores/as do Sul asiático fazem com suas obras e a profícua noção de subalternidade/ hegemonia. Da mesma forma, desenvolve a importância do chamado **giro decolonial**, ressaltando os trabalhos de Ramón Grosfoguel, Walter Dignolo e Aníbal Quijano (entre outros), desenvolvendo o importante conceito de **colonialidade do poder**, deste último autor, e mostrando a força da reflexão epistemológica que vem destes estudos.

Jessica Mara Raul trabalha com a importante interseccionalidade entre gênero e raça. Em seu artigo *Mulheres negras e a luta por igualdade: por um feminismo negro decolonial*, a autora desenvolve a reflexão do feminismo decolonial, focando a especificidade do caso das mulheres negras brasileiras. Ela nos lembra que não existe racismo sem sexismo, e que a colonização foi genericada, ou seja, a dominação colonial foi também uma dominação de gênero que, mesmo com o fim do colonialismo, a subordinação da mulher (em especial as mulher negra e pobre) ainda é vista com naturalidade. Dialogando com as feministas negras estadunidenses, a autora nos leva em direção à necessidade urgente de uma práxis que não separe as lutas que envolvem o combate às opressões e desigualdades de gênero e raça.

Fechando o dossiê, Ana Lúcia Santos nos propõe uma instigante reflexão sobre dois casos complexos: o caso de Rachel Dolezal que, atualmente, é reconhecida como branca pela mídia e por uma parte de alguns movimentos sociais étnicos, mas, possui uma auto-definição identitária racial que a faz se apresentar como negra; e o caso de Sandy Stone, uma mulher transexual da década de 70, acusada de ser um homem que, levando a dominação masculina a seus extremos, quer ser ele mesmo reconhecido como mulher, em mais uma forma de violação do feminino. Infelizmente, este exemplo é um desserviço à causa das pessoas transexuais que, como outros grupos subordinados, sofrem violência constante, inclusive por outros

grupos marginalizados. As duas situações são extremamente interessantes por ressaltarem os limites conflituosos da identidade e da auto-identificação, além de deixar claro o quanto de essencialismo ainda está presente nos discursos de certos movimentos sociais que parecem mais preocupados em vigiar as fronteiras de raça e gênero, do que conseguir aliados para as lutas por vidas menos precárias e mais dignas.

Como bem demonstram as autoras desse dossiê, o colonialismo, em seu sentido mais amplo ainda não acabou, mas também as resistências a ele não acabaram, pois novos mundos possíveis podem ser inventados cotidianamente. Boa leitura!

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Ago. 2013.

MELLINO, Miguel. **La crítica poscolonial**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, p. 395-418.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

